



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - NR 6/2026

Autoria: MARIA APARECIDA ALVES DE ALMEIDA

SANTA HELENA DE GOIAS, GO, 20 de Janeiro de 2026

“Dispõe sobre a reserva de 10% (dez por cento) dos lotes nos loteamentos sociais dos programas de doação de lotes do Município de Santa Helena de Goiás às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica garantida a reserva mínima de **10% (dez por cento)** dos lotes disponibilizados nos loteamentos sociais e nos programas municipais de doação de lotes às **mulheres vítimas de violência doméstica e familiar**, no âmbito do Município de Santa Helena de Goiás.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se mulheres vítimas de violência doméstica e familiar aquelas assim reconhecidas nos termos da **Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)**, mediante apresentação de ao menos um dos seguintes documentos:

- I – boletim de ocorrência;
- II – medida protetiva de urgência;
- III – relatório ou declaração emitida por órgão da rede de proteção, assistência social ou saúde;
- IV – decisão judicial ou outro documento idôneo que comprove a situação de violência.

Art. 3º A reserva prevista nesta Lei será aplicada:



Estado de Goiás
CÂMARA MUNICIPAL
SANTA HELENA DE GOIÁS

I – em todos os programas municipais de doação de lotes;
II – nos loteamentos sociais promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Caso o percentual reservado não seja integralmente preenchido por falta de demanda comprovada, os lotes remanescentes poderão ser destinados a outros beneficiários do programa, observados os critérios gerais estabelecidos pela legislação municipal.

Art. 5º A concessão do lote às beneficiárias observará, além do disposto nesta Lei, os critérios socioeconômicos definidos pelo Município, assegurada prioridade às mulheres em situação de maior vulnerabilidade social.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber, visando garantir sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, 20 de janeiro de 2026.

MARIA APARECIDA ALVES DE ALMEIDA
(Drª Cidinha do Sindicato)



JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo assegurar às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o direito à moradia digna, como instrumento fundamental de proteção, autonomia e reconstrução de suas vidas.

A dependência econômica e habitacional é uma das principais razões que mantêm mulheres em ciclos contínuos de violência. Ao reservar parte dos lotes dos programas sociais do Município a esse público, o Poder Público contribui diretamente para o enfrentamento da violência, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha e as políticas públicas de proteção à mulher.

Trata-se de medida de justiça social, que promove dignidade, segurança e igualdade material, fortalecendo a rede de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade no Município de Santa Helena de Goiás.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação da presente matéria.

Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, 20 de janeiro de 2026

MARIA APARECIDA ALVES DE ALMEIDA
(Dr^a Cidinha do Sindicato)